



Pacote anticrime já tem relatores definidos em comissão do Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 27/3/2019



Simone Tebet preside a Comissão de Constituição de Justiça, que analisa pacote com textos idênticos aos propostos por Moro

Os projetos foram entregues por Eliziane Gama e estão na CCJ. Eles são idênticos aos apresentados à Câmara pelo ministro Moro e buscam liberar os deputados para debater a reforma da Previdência

Foram apresentados por Eliziane Gama as versões para o Senado dos três projetos de lei que compõem o pacote anticrime proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. As propostas já estão nas mãos de relatores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e podem receber emendas dos demais senadores ao longo da semana.

Os três projetos são idênticos às propostas levadas à Câmara dos Deputados por Moro, em fevereiro. O objetivo é dar andamento

imediatamente ao pacote anticrime, enquanto a Câmara se ocupa com a reforma da Previdência.

Os projetos serão relatados na CCJ por Marcos do Val, Marcio Bittar e Rodrigo Pacheco. Eles tratam de assuntos como tipificação do crime de caixa dois, julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral e mudanças nos Códigos Penal e de Processo Penal. Os objetivos são modernizar a legislação, agilizar o cumprimento de penas, tornar o Estado mais eficiente e diminuir a impunidade. **3**

Programação monetária do Banco Central pode ser votada

O Plenário pode votar a programação monetária do Banco Central do quarto trimestre de 2018 e do primeiro trimestre deste ano. Também pode ser votado

projeto que susta o decreto presidencial que dispensa de visto para entrar no Brasil os cidadãos dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e da Austrália. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paim (C) comanda o debate sobre fake news: combate à desinformação requer a participação de todos, dizem especialistas

Educação é saída para fake news, aponta debate

Participantes de audiência sobre as fake news disseram ontem, Dia da Mentira, que o enfrentamento do problema da desinformação requer solu-

ções multissetoriais. A solução para as notícias falsas, apontaram, passa principalmente pela educação e pelo engajamento de todos, incluindo po-

pulação, políticos e empresas de tecnologia da informação. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **3**



Países buscam se adaptar aos efeitos do aquecimento global

As mudanças no clima em razão do aquecimento global já são consideradas irreversíveis. Buscando que os impactos negativos sejam minimizados,

senadores apresentaram propostas para tornar a poluição crime hediondo e para reduzir o IPTU de quem preservar a vegetação e os recursos naturais. **4**



Fábio Rodrigues Parzobom/Agência Brasil

Aumento de temperatura intensifica tamanho e abrangência de incêndios

Colegiado votará projetos sobre autismo até o fim deste mês

A Comissão de Direitos Humanos deve votar até o fim do mês projetos ligados ao autismo. O anúncio foi feito pelo presidente do colegiado, Paulo Paim, em audiência

sobre o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, celebrado hoje. Um dos textos determina que o Censo do IBGE pesquise o número de autistas que existem no país. **2**

Defesa de animais está na pauta de comissão

O Estatuto dos Animais, que estabelece os direitos dos bichos e define regras para guarda, está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos. O texto também trata da proibição de práticas consideradas maus-tratos e de infrações e penalidades. **3**

Indústria lança agenda com prioridades 3

Bancada brasileira começa a trabalhar no Parlasul 2

Colegiado votará em abril projetos ligados a autismo

Em debate na Comissão de Direitos Humanos para celebrar o dia de conscientização sobre o transtorno, organizações pediram a aprovação de texto que obriga o Censo a pesquisar número de autistas no país

PROJETOS SOBRE AUTISMO devem entrar na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) até o fim do mês. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), durante audiência relacionada ao Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, comemorado hoje.

A reivindicação para que os projetos sejam incluídos na pauta foi feita pelo diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), Fernando Cotta. A principal reivindicação é para que entre na pauta o texto que trata da inclusão de especificidades inerentes ao autismo no Censo (PLC 139/2018).

— Precisamos saber quantos autistas existem no Brasil. Qualquer tipo de programa que vai se montar, se você não souber o quantitativo de pessoas que precisam ser atendidas, já vai começar



Paim (3º à esq.) comandou a audiência na Comissão de Direitos Humanos

capenga, faltando dados. O entrevistador do IBGE perguntar se tem algum autista pode subsidiar políticas públicas — afirmou.

Cotta cobrou rapidez na tramitação do projeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer centros de assistência integral à pessoa com transtorno do espectro autista. O PLS 169/2018 está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Paim se comprometeu a solicitar ao presidente da CAS, Romário (Pode-RJ), que

redistribua a ele a relatoria do projeto.

A pedido de entidades ligadas aos direitos das pessoas com autismo, a CDH deve fazer uma audiência sobre o uso terapêutico da *Cannabis sativa* (maconha) no tratamento do transtorno. O pedido foi repassado à comissão por Styvenson Valentim (Pode-RN).

— Se tiver estudo científico comprovando que pode ser um auxílio na vida das pessoas, a gente pode discutir aqui — afirmou o senador.

Congresso recebe hoje Agenda Legislativa da Indústria

O Congresso Nacional realiza sessão solene hoje para o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2019*, com a presença de representantes do setor.

Em sua 24ª edição, a *Agenda Legislativa* é o principal canal de interlocução da indústria brasileira com o Congresso e a sociedade civil. O documento lista as propostas de interesse

de setor em tramitação no Legislativo, oferece um resumo de cada projeto e apresenta a posição da indústria quanto a seu teor, seja convergente ou divergente.

Também será realizada a abertura da exposição Sesi/Senai Pelo Futuro do Trabalho, no Salão Negro do Congresso. A mostra será aberta após o lançamento da agenda e os

visitantes, servidores e parlamentares poderão conhecer produtos inovadores desenvolvidos em escolas e centros tecnológicos do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A sessão foi requerida pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Bancada brasileira firma compromissos no Parlasul

Uma delegação de 19 parlamentares brasileiros passou ontem a integrar o Parlamento do Mercosul (Parlasul). A nova representação do país foi eleita no ano passado. Na primeira sessão, em Montevideu, o senador Telmário Mota (Pros-RR) reforçou a importância da participação no bloco para

o fortalecimento econômico, comercial e institucional dos países representados: Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela, que está suspensa do Mercosul.

A representação votou a criação de uma subcomissão sobre questões de gênero, equidade e diversidade. Aprovou também

uma moção para que o Brasil reafirme seus compromissos com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), e uma recomendação para que o Mercosul trabalhe para o fim das taxas de *roaming* nas ligações para celulares dentro do bloco.

Reguffe presta contas das emendas apresentadas por ele

Reguffe (sem partido-DF) relatou em Plenário a destinação das emendas parlamentares apresentadas por ele para 2019. O senador priorizou as áreas de saúde, educação e segurança pública, que, de acordo com ele, são os principais setores de atuação do Estado.

— Acredito que as propostas das emendas parlamentares deveriam ser apresentadas na campanha para os eleitores.



Waldemir Borges/Agência Senado

Paim cobra medidas para reduzir emissão de gases do efeito estufa

Paulo Paim (PT-RS) disse em Plenário que as devastações ligadas ao clima têm prejudicado especialmente as pessoas mais pobres e vulneráveis. Ele mencionou o ciclone Idai, que no dia 15 de março atingiu mais de 2 milhões de pessoas em Moçambique, Malawi e Zimbábue. Os últimos números apontam para quase mil mortos, além de centenas de milhares de desabrigados. O senador cobrou das autoridades de todo o mundo, incluindo as brasileiras, medidas para reduzir os gases do efeito estufa, responsáveis pelo aumento da temperatura na Terra.

RÁPIDAS

COMISSÃO DEVE VISITAR LOCAL DE TREMORES DE TERRA EM MACEIÓ

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) vota hoje requerimento de diligência externa para que senadores examinem a situação do bairro do Pinheiro, em Maceió. Também estão na pauta requerimentos de debates sobre obras de creches e pré-escolas e sobre governança pública.

SEGURANÇA NAS ESCOLAS SERÁ DISCUTIDA EM AUDIÊNCIA

Problemas de segurança nas escolas serão discutidos hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH), às 9h. Para Styvenson Valentim (Pode-RN), que pediu a audiência, o Senado deve procurar meios de evitar ataques como os que ocorreram em escolas no bairro de Realengo (Rio de Janeiro), Janaúba (MG), Medianeira (PR), Goiânia e Suzano (SP).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Segurança nas escolas**
9h Audiência pública para debater segurança nas escolas e conflitos atuais. Entre os convidados, cientistas sociais, professores, jornalistas, advogados e ativistas.
- CAE Proteção dos animais**
10h A comissão analisa projeto que institui o Estatuto dos Animais.
- CI Ações da ANTT**
11h Audiência com o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior, para debater atuação da agência.
- SESSÃO SOLENE Agenda da Indústria**
11h Lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2019*, no Plenário da Câmara dos Deputados.
- CE Ayrton Senna**
11h30 O PLC 45/2018, que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva, é um dos 16 itens.
- CTFC Requerimentos**
11h30 Análise de 4 requerimentos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 141/2015, que permite a bombeiros e policiais militares acumularem cargos, pode ser votada em primeiro turno. Outro item é o turno suplementar de votação do substitutivo ao PLC 7/2010, sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros.
- MP 855/2018 Vendas na Eletrobras**
14h30 Análise de relatório.
- MP 868/2018 Saneamento básico**
14h30 Análise de requerimentos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pacote anticrime de Moro já tem relatores no Senado

Três projetos apresentados pelo ministro da Justiça foram entregues pela senadora Eliziane Gama. A intenção é que os senadores iniciem o debate, enquanto a Câmara se ocupa da reforma da Previdência

AS VERSÕES PARA o Senado dos três projetos de lei que compõem o pacote anticrime proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, já estão nas mãos de relatores. As propostas encontram-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e podem receber emendas dos demais senadores ao longo desta semana.

O PL 1.864/2019, com alterações nos Códigos Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) e de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941), ficou com o senador Marcos do Val (PPS-ES). O PL 1.865/2019, que tipifica o crime de caixa 2 no Código Eleitoral (Lei 4.737, de 1965), será relatado por Marcio Bittar (MDB-AC). Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi designado relator do PLP 89/2019, que determina que o julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral seja realizado pela Justiça comum.

Os três projetos foram entregues pela senadora Eliziane Gama (PPS-MA). Eles são idênticos às propostas levadas à Câmara dos Deputados por Moro, em fevereiro. O objetivo é dar andamento imediato ao pacote de Moro, enquanto a Câmara se ocupa com a reforma da Previdência.

A apresentação de novas versões dos textos foi o único jeito de encaminhar as medidas para o Senado, porque projetos de autoria do Poder



Rodrigo Pacheco, Marcio Bittar e Marcos do Val são relatores das propostas

Executivo devem começar a tramitar pela Câmara.

— Optamos que o foco dos deputados esteja na reforma da Previdência e que o Senado inicie o debate acerca desse outro tema de igual modo importante, que é a segurança pública— disse a senadora.

Na Câmara, o pacote anticrime foi despachado inicialmente para um grupo de estudos, composto por quatro deputados, que fará uma avaliação prévia antes do envio às comissões temáticas.

Votação final

No Senado, a CCJ pode ter a palavra final sobre dois projetos: os PLs 1.864 e 1.865, se forem aprovados na CCJ, só irão ao Plenário em caso de requerimento especial. Caso contrário, poderão seguir diretamente para a Câmara.

Já o PLP 89 terá que passar pelo Plenário de qualquer maneira, por se tratar de pro-

jecto de lei complementar (que regulamenta dispositivos da Constituição).

A iniciativa de Eliziane teve o apoio de Moro. Em audiência na CCJ, na quarta-feira, o ministro disse que não tem nenhuma objeção a que o Senado tome a dianteira nesse debate, porque o importante é que os projetos sejam discutidos e aprovados o mais rápido possível, com os aprimoramentos do Parlamento.

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), fez um apelo pela aprovação do pacote, em especial pelos dispositivos que têm a ver com a violência cotidiana. Ela classificou o problema como um mal que assola o país.

— Nossos municípios não são mais pacatos. Não há um único pedaço de chão desta terra que não esteja tomado hoje pelo crime e pelo medo. É atribuição de todos nós darmos uma resposta à sociedade.

Plenário analisa programação monetária do trimestre

Podem ser votados nesta semana, em Plenário, três projetos de decreto legislativo. O PDL 82/2019 aprova a programação monetária do Banco Central para o quarto trimestre de 2018, e o PDL 83/2019, para o primeiro trimestre deste ano.

O texto para os três primeiros meses deste ano afirma que, para a economia retomar um crescimento consistente, além da aprovação de reformas de natureza fiscal, como a da Previdência, são necessários ajustes e iniciativas para aumento de produtividade, ganho de eficiência, mais flexibilidade

na economia e melhoria no ambiente de negócios. Quanto à inflação, aponta fatores de risco que podem levá-la tanto para o patamar inferior quanto ao superior da meta estimada para o ano, de 4,25%.

Visto e marcas

Já o PDL 68/2019 tem o objetivo de reverter o Decreto 9.731, publicado em 16 de março, que dispensa de visto para entrar no Brasil, a partir de 17 de junho, os cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão. O pedido de urgência foi apresentado por Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), autor do texto. O principal argumento do senador é o princípio da reciprocidade, pois o Brasil não tem dispensa de visto nos quatro países.

Também está em pauta o projeto que cria regras para proteção especial de marcas de renome. O PLC 86/2015 permite ao detentor de uma marca industrial pedir ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o reconhecimento, a qualquer tempo, do “alto renome” de sua marca registrada — título que lhe garante proteção especial.

Comissão vota hoje proposta que protege animais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião hoje, às 10h, e pode votar texto que institui o Estatuto dos Animais (PLS 631/2015), do ex-senador Marcelo Crivella. O projeto estabelece os

direitos dos animais e define regras para guarda.

Entre o rol de maus-tratos, estão os atos de forçar um animal a realizar movimentos contrários à sua natureza, abandonar o animal em

perigo, abandonar animal criado em cativeiro, submeter animal a eventos que causem sofrimento, privar o animal de água ou alimento adequado e confinar animal com outro que lhe cause qualquer dano.

Solução para fake news passa pela educação, dizem debatedores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu ontem, Dia da Mentira, a influência das fake news na sociedade. Os participantes concordaram que enfrentar o problema da desinformação não é simples, precisa de soluções multissetoriais. A solução passa principalmente pela educação e pelo engajamento de todos, incluindo a população, as empresas de tecnologia da informação e os políticos.

Enquanto a melhoria da educação não se efetiva, a sociedade precisa se socorrer do Judiciário, que arbitra o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a infração e responsabiliza os criminosos, frisou Beatriz Barbosa, do Coletivo Intervozes. Para ela, Polícia Federal e Ministério Público precisam ser exemplares na investigação das fábricas de desinformação que atuaram principalmente nas eleições de 2018.

Porém, até agora, não se tem notícia de condenações de grupos que atuaram durante o pleito.

— É preciso que a Justiça julgue com mais celeridade, para desestimular que a prática continue, e escalonar a responsabilidade, de quem produz e de quem financia fake news — disse.

Ela pediu um debate franco com a classe política para que ela própria não se torne propagadora de fake news.

Para o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), as fake news são um desserviço, joga os cidadãos uns contra os outros e interferem negativamente em setores da sociedade.

— É uma prática que temos que condenar. Temos que incentivar o bem, fazer sem olhar a quem, precisamos ter no país e no mundo políticas humanitárias, e a fake news é a desumanização da sociedade — disse.

Alvaro não quer regalia para ex-presidente infrator

Alvaro Dias (Pode-PR) pediu celeridade ontem para a votação do projeto que acaba com os privilégios dos ex-presidentes da República condenados por crimes de responsabilidade ou crime comum. O PLS 343/2016, de autoria dele, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

—São recursos públicos que pagam essas despesas. Nós temos que conter esse descalabro de gastos, aprovando esse projeto.

Lasier: prisão pós 2ª instância é para o Congresso votar

No dia 10, o Supremo Tribunal Federal (STF) volta a discutir a legalidade da prisão após condenação em segunda instância. Para Lasier Martins (Pode-RS), enquanto o Congresso Nacional não votar o projeto que torna legal esse tipo de prisão, a questão continuará a depender do entendimento dos ministros da Corte.

O senador também é autor de um projeto que regula a prisão em segunda instância (PLS 166/2018).

Confúcio lamenta ameaça de corte no Sistema S

Confúcio Moura (MDB-RO) lamentou ontem a ameaça do governo Bolsonaro de promover cortes no orçamento das entidades do Sistema S. Para o senador, as ações desempenhadas pela rede são fundamentais para a formação de trabalhadores há mais de 50 anos.

— O único sistema consistente, que tem uma história, uma genética de formação de mão de obra, de mecânicos, de lanterneiros, de panificadores e também no mundo digital — argumentou.

Sociedade quer corruptos punidos, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) apoiou ontem declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, para quem a reação da sociedade contra a corrupção está mudando as instituições.

Barroso disse que “ninguém assume culpa no Brasil e todo mundo se diz perseguido pela Justiça”, relatou.

Para o senador, a sociedade passou a exigir a punição dos corruptos pela “demanda por integridade, por idealismo e por patriotismo”.

Propostas buscam amenizar efeitos do clima

Aquecimento global já é visto como irreversível e o Brasil, como outros países signatários do Acordo de Paris, busca implementar ações para adaptar a sociedade às consequências

Reportagem: Guilherme Oliveira
Edição: Juliana Steck

A TRANSFORMAÇÃO DO clima mundial já é vista como uma realidade irreversível. Por isso, o Acordo de Paris prevê um segundo conjunto de ações para os seus países signatários: as medidas de adaptação das sociedades para os efeitos — naturais ou sociais — do aquecimento global. Uma das intenções do acordo é garantir que esses fenômenos causem os menores impactos negativos possíveis.

Com 195 países signatários, participantes da 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), o Acordo de Paris entrou em vigor em 2016 tendo como seu principal objetivo a efetivação de medidas para conter o aumento da temperatura média do planeta. Idealmente, a cooperação internacional motivada pelo acordo deveria ser capaz de restringir o aquecimento global a 1,5 °C em relação à era pré-industrial (até o ano de 1850).

Os anos entre 2015 e 2018 formaram o quadriênio mais quente de que os humanos têm registro, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM). Esse período marcou a primeira vez que o planeta se mostrou 1 °C mais quente do que na era pré-industrial (até 1850). Em 2018, apesar de uma média global mais baixa (o fenômeno La Niña amenizou o clima), diversos países tiveram eventos climáticos extremos e bateram recordes locais de temperatura máxima no verão.

A previsão do Escritório Meteorológico do Reino Unido (Met Office) para o quadriênio 2019-2023 aponta uma chance de pelo menos 10%



Áreas atingidas por cheia em Xapuri, no Acre: aumento das chuvas é uma das consequências do aquecimento global

de que algum dos próximos anos alcance um aumento de temperatura acima de 1,5 °C em relação à era pré-industrial, ultrapassando assim a barreira pretendida pelo Acordo de Paris (veja gráfico abaixo).

O Brasil estabeleceu os seus objetivos em 2016, no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), elaborado por um grupo de trabalho que envolveu 12 ministérios e vários outros órgãos federais. Os focos do documento são habitação, infraestrutura básica, saneamento, transporte, segurança hídrica e identificação imediata de áreas de risco. O monitoramento de eventos extremos já ocorre em cerca de 900 municípios, com sistemas de alerta e planos de resposta.

Incêndios e cheias

A consequência mais óbvia das mudanças climáticas são os efeitos do calor, que piora a situação das áreas mais desérticas, provocando secas, e intensifica o tamanho e a abrangência de incêndios florestais. A elevação da temperatura traz também maior volume de evaporação de água e, conseqüentemente, aumen-

to das chuvas. Os efeitos, como deslizamentos de terra, desabamentos e alagamentos em regiões urbanas, são agravados pelo fato de que a urbanização acelerada e desordenada deixa comunidades mais vulneráveis, já que a pavimentação compromete a permeabilidade do solo.

Tensão e doenças

As mudanças climáticas afetam ainda as colheitas e a gestão de recursos em determinadas regiões, o que leva à instabilidade social e, em última instância, política. Especialistas têm observado os efeitos do colapso da agricultura em partes do Oriente Médio sobre os conflitos locais, por exemplo. A crise migratória nos países europeus tem a ver com o abandono das regiões mais afetadas pelo aquecimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que há uma correlação direta entre eventos climáticos extremos e a ocorrência de determinadas epidemias e endemias. São exemplos a malária e as doenças infecciosas provocadas por carrapatos e mosquitos. No Brasil, as ocorrências de picadas de escorpião aumentaram

em mais de 60% desde 2014, segundo o Ministério da Saúde.

Há também o frio extremo. Os vórtices polares são bolsões de ar frio localizados nos polos do planeta. Eles são contidos por correntes de ar circundantes, mas seu posicionamento oscila e eles podem se deslocar para regiões habitadas, especialmente no inverno, causando picos de frio extremo. Os efeitos do vórtice polar são sentidos a intervalos regulares de anos. A desestabilização da temperatura do planeta, entretanto, enfraquece as correntes de ar que os isolam, permitindo que “pedaços” do vórtice se descolem da massa principal.

Ações locais

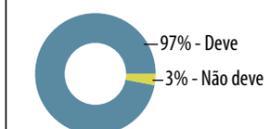
Mesmo que a pauta seja global, ações localizadas podem surtir efeitos positivos. No Brasil, o senador Plínio Valério (PSDB-AM), membro da Comissão de Meio Ambiente (CMA), reforça a importância de discutir o tema.

— O ser humano, entre todos os seres vivos do planeta, é o que mais colabora para influenciar o clima e para os desastres. Se ele é o responsável pelo mal, ele pode ser também o responsável pelo bem: não queimar, não devastar, não poluir. O Congresso tem que abordar esse assunto, e mais do que isso, encontrar ou criar medidas dentro da lei.

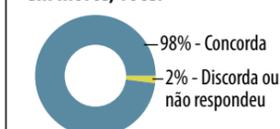
Plínio é o autor de uma proposta (PEC 13/2019) que permite que os municípios definam alíquotas diferenciadas para o IPTU de acordo com o aproveitamento e reúso de água, o grau de permeabilização do solo e a utilização de energia renovável nos imóveis. A PEC também determina que o imposto deixe de incidir sobre a área de imóvel onde haja vegetação nativa. Para o senador, o desenvolvimento econômico e a busca do bem-estar não prejudicam a preservação ambiental se houver regras claras,

Pesquisa DataSenado

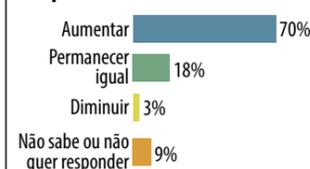
Você acha que a poluição ambiental que resulte em morte deve ou não ser considerada crime hediondo?



Em relação ao aumento de pena nos casos em que a poluição ambiental resulte em morte, você:



Caso o Projeto de Lei 22/2016 seja aprovado, você acha que o respeito ao meio ambiente vai:



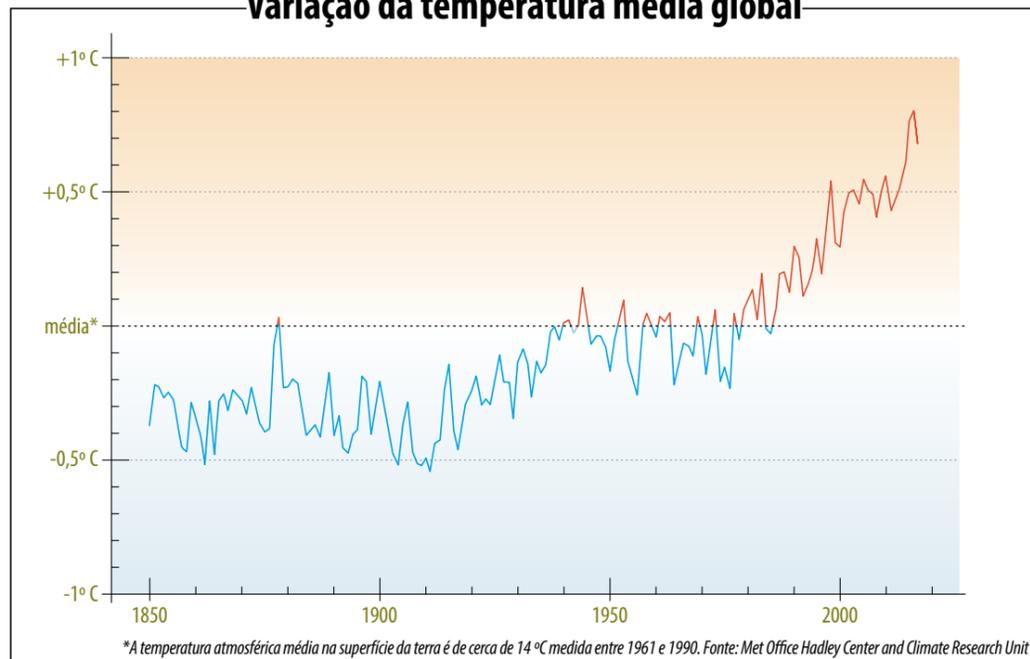
justas e razoáveis.

— O problema é botar órgãos aparelhados ideologicamente para fiscalizar e ter regras importadas de países que não têm as nossas peculiaridades.

Para o presidente da CMA, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), a biodiversidade deve ser protegida. Ele pretende aproximar os trabalhos do colegiado da atuação de outros órgãos do Senado, para se valer da intersecção com temas como tecnologia, agricultura, desenvolvimento regional e justiça. Também quer parcerias com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

No que depender de apoio popular, o Congresso tem sinal verde para avançar pautas que endureçam o combate às ações humanas danosas ao meio ambiente. Em pesquisa do DataSenado (veja gráfico acima), a proposta de transformar a poluição causadora de mortes em crime hediondo teve apoio de 97% dos internautas que participaram da enquete. A medida se encontra no PLS 22/2016, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Crimes hediondos são inafiançáveis e não admitem indulto. Além disso, o projeto dobra a pena do crime quando há mortes.

Variação da temperatura média global



Saiba Mais

Ministério do Meio Ambiente
<http://bit.ly/ConvencaoClima>

Projeto de Lei do Senado 22/2016
<http://bit.ly/PLS22de2016>

Proposta de Emenda à
Constituição 13/2019
<http://bit.ly/PEC13de2019>

Veja todas as edições do Especial
Cidania em www.senado.leg.br/especialcidania